

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**SERVIÇO SOCIAL E LITERATURA: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO
MEDIDA INTERVENTIVA PROFISSIONAL**

ISABELA OLIVEIRA ALVARO

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SERVIÇO SOCIAL E LITERATURA: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS
COMO MEDIDA INTERVENTIVA PROFISSIONAL**

ISABELA OLIVEIRA ALVARO

Sob a Orientação da Professora
Fabírcia Vellasquez Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, como parte
das exigências para obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Junho de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

As Alvaro, Isabela Oliveira, 1997-
SERVIÇO SOCIAL E LITERATURA: A CONTAÇÃO DE
HISTÓRIAS COMO MEDIDA INTERVENTIVA PROFISSIONAL /
Isabela Oliveira Alvaro. - Seropédica, 2025.
48 f.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez Paiva. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2025.

1. Serviço Social. 2. Contação de Histórias. 3.
Literatura. 4. Estágio Supervisionado. 5. Iniciação
científica. I. Paiva, Fabrícia Vellasquez, 1981-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Serviço Social III. Título.

Isabela Oliveira Alvaro

SERVIÇO SOCIAL E LITERATURA: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEDIDA INTERVENTIVA PROFISSIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 26 de junho de 2025.

Prof. Dra Fabrícia Vellasquez Paiva
Orientadora (DTPE/UFRRJ)

Prof. Dra Carmen Oliveira Frade
Banca examinadora (DHSS/UFRRJ)

Prof. Dra Simone da Cunha Tourino Barros
Banca examinadora (DHSS/UFRRJ)

Seropédica, RJ.
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, André pela dádiva da possibilidade de apenas estudar durante todos os meus anos de estudo e por me apresentar a literatura aos seis anos de idade, me abrindo a porta para um universo que seria a minha paixão e o tema de estudo desta tese. Obrigada pelo apoio incondicional e por ser o meu fã número um em tudo o que eu me propor a fazer. A minha mãe, Ellen, que apesar da distância que nos separa, e minhas irmãs, Leah e Yasmin, obrigada por toda a força e incentivo nos momentos mais sombrios da minha graduação.

Agradeço aos meus avós, Lucia e Jorge, por todas as idas surpresas a Seropédica apenas para se certificarem de como eu estava, todas as vezes em que eu não conseguia retornar para casa aos finais de semana. Agradeço também a minha avó Estela, que sempre me manteve em suas orações, todos os dias.

Aos amigos queridos que fiz graças aos anos de graduação, Isabelly, Isadora, Matheus, Carlos Eduardo, Lucas e Lohany trouxeram leveza para nossos anos de estudo e me apoiaram incondicionalmente, mesmo nos momentos em que eu não me apoiava. Vocês, junto a Keily, foram cruciais para que esse trabalho finalmente se concluísse, por isso, obrigada. Agradeço aqueles cujo a história se alinhou a minha ao final da graduação, mas que mesmo assim disseram com veemência que sabiam, que mesmo tendo 12h de jornada de trabalho por dia, eu seria capaz de concluir essa monografia. Ana Julia, Vitor e Thais, obrigada por todas as conversas e todo o incentivo, jamais me esquecerei.

Agradeço a minha orientadora Fabrícia Vellasquez, pela paciência, compreensão e todas as portas que permitiu que eu pudesse atravessar nesses anos de graduação. Obrigada por ter sido a primeira a acreditar fielmente em mim, foi uma honra imensurável ser sua orientanda na monografia e na iniciação científica e sua estagiária.

Agradeço aos orixás e a espiritualidade que me acompanha, a Pai Joaquim, por me manter firme e de cabeça erguida todos os momentos em que acreditei que não seria capaz de escrever esta tese.

Agradeço a minha eu de 18 anos que nunca desistiu do seu sonho, este é o final do capítulo que escrevemos juntas em nossa infância, obrigada pela determinação e resiliência quando todos afirmavam que você não conseguiria. Nós conseguimos!

“E vi algo que eles não podem tirar de mim
Porque páginas tinham sido viradas e decisões foram tomadas.”

(Taylor Swift)

RESUMO

O presente estudo busca demonstrar como a contação de histórias pode se configurar como uma medida interventiva no exercício profissional da assistente social, destacando suas potencialidades no campo socioeducativo e cultural. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise das experiências adquiridas no estágio supervisionado e na pesquisa de iniciação científica vinculada ao projeto de extensão “Narrativas sociais em outras histórias e novas memórias”, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Entende-se a contação de histórias como uma prática que promove escuta, reflexão crítica e fortalecimento de vínculos, principalmente em contextos educativos. Os resultados evidenciam que essa estratégia contribui para o enfrentamento das expressões da questão social e impulsiona a formação da individualidade, a produção coletiva de conhecimento e a resistência. Dessa forma, a contação de histórias se afirma como uma ferramenta legítima e eficaz no campo de atuação do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Contação de histórias. Literatura. Estágio supervisionado.

ABSTRACT

This study seeks to demonstrate how storytelling can be configured as an intervention measure in the professional practice of social workers, highlighting its potential in the socio-educational and cultural fields. The research was conducted through a bibliographic review and analysis of experiences acquired in the supervised internship and in the scientific initiation research linked to the extension project “Social narratives in other stories and new memories”, of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Storytelling is understood as a practice that promotes listening, critical reflection and strengthening of bonds, mainly in educational contexts. The results show that this strategy contributes to confronting the expressions of the social issue and promotes the formation of individuality, the collective production of knowledge and resistance. With that being said, storytelling asserts itself as a legitimate and effective tool in the field of Social Work.

Keywords: Social Work. Storytelling. Literature. Supervised internship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- A Essência da Literatura e Suas Interfaces com o Serviço Social	13
1.1 Projeto Ético-Político e Instrumentalidade: alicerces da atuação da Assistente Social.....	15
1.2 A literatura como espelho crítico da realidade social.....	19
2- O Tripé Universitário e sua relevância para a formação em Serviço Social ..	23
2.1 A extensão universitária como ponte entre saberes e transformação social ...	25
2.2 A iniciação científica e sua importância na memória da assistência social.....	26
2.3 O Estágio Supervisionado e a Extensão Universitária: Práticas no projeto “Narrativas sociais em outras histórias e novas memórias: Espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infantojuvenil”	28
3. A arte da contação de histórias como recurso interventivo no Serviço Social	35
3.1 Análise do projeto de iniciação científica “Pixels sobre a tela: a contação de histórias como linha condutora para uma análise política e social”	35
3.2 O Projeto de intervenção e a experiência de estágio: Uma análise crítica	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

A leitura desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento de uma pessoa, auxiliando no crescimento individual, intelectual e social. Freire (1996) afirma que a leitura não deve ser um ato passivo, mas sim um diálogo entre o leitor e o texto, cujo objetivo deve possibilitar a compreensão do mundo e a transformação da realidade. Ao retratar conflitos, desigualdades e vivências humanas em diferentes contextos históricos e culturais, a narrativa literária permite ao leitor não apenas reconhecer aspectos da vida cotidiana, mas também refletir sobre as estruturas sociais que o produzem, tornando a literatura uma ferramenta poderosa para ampliar horizontes e fortalecer a consciência social no ambiente educacional.

Nesse contexto, a utilização da literatura, especialmente por meio da contação de histórias, emerge como um recurso potencialmente valioso para o campo do Serviço Social, habilitando a criação de espaços para o diálogo, a reflexão crítica e a construção de novas formas de sentido e resistência. Ferreira e de Souza (2018) afirmam que a literatura pode ajudar a humanizar as práticas profissionais, pois oferece acesso a diferentes modos de expressão e conhecimento que vão além do discurso técnico, atuando como um mediador junto à educação na construção de uma cidadania mais plena.

Segundo o CFESS (2014), o trabalho da assistente social deve contemplar a comunidade escolar, com medidas interventivas que perpassam os limites físicos da escola e engloba a sociedade como um todo. Tal perspectiva se justifica pelo fato de que toda a comunidade é impactada pelas características tradicionais da educação burguesa, que perpetuam formas específicas de exclusão e desigualdade. No contexto capitalista, a educação se torna parte de um sistema conservador, onde o ensino é voltado para uma perspectiva incapaz de reconhecer as contradições das relações sociais e formas de opressão que nela persistem. Essa limitação compromete seu potencial transformador, impedindo que se torne um espaço verdadeiramente inclusivo e crítico.

A assistente social, sendo coerente com o seu projeto ético político, por meio da literatura deve assumir um papel socioeducativo de caráter transformador, que contribua para a materialização da democratização, do fortalecimento das organizações e dos sujeitos coletivos. De acordo com o autor Fabiano Moraes (2012),

no livro “Contar Histórias: a arte de brincar com as palavras”, a contação anda junto com a visão crítica literária e com a consciência política. Desta forma, o profissional de Serviço Social, dentro do projeto ético-político da profissão, pode se encaixar nesta área, visto que a partir dela, é possível trabalhar as múltiplas expressões da questão social que envolvem uma determinada população.

Para além, o autor aborda a importância de se saber contar uma mesma história para públicos distintos. Isso porque o contador, como dominador do conteúdo literário que está apresentando, é detentor de três atributos especiais: “ (o) tudo saber sobre a história, o tudo poder ante a história e o em todo lugar da história poder estar, equivalentes aos atributos divinos: onisciência, onipotência e onipresença” (Moraes, 2012). Assim, ele pode utilizar uma mesma literatura para trabalhar aspectos diferentes, com pessoas diferentes e de estilos de vidas antagônicos.

Indo de encontro ao já exposto, Luiz Costa Lima (2006), em seu livro “Ficção, História, Literatura”, afasta a conceituação medieval de “fictio” como fraude. Isto, pois para alguns a literatura é vista como uma história inventada, mas isso não quer dizer que ela seja uma “mentira” para o autor, pois a partir da literatura é possível fazer uma comunicação com a historiografia, a fim de que o ser humano conheça sua história e entenda questões que o levam a consciência de classe. Sendo este, mais um mecanismo a ser utilizado pela assistente social no que tange trabalhar as problemáticas sociais com os sujeitos, buscando somar forças na luta dos movimentos sociais e na emancipação da classe trabalhadora.

Segundo Bandeira (2019), a contação de histórias pode ser considerada como um momento mágico que convida o ouvinte a ouvir a história com todos os seus sentidos aguçados por meio da utilização da imaginação, tornando possível o ato de afetar profundamente todos os envolvidos na contação e a partir disto trazer reflexões acerca de si ou da sociedade. Para que isto ocorra, é necessário que o narrador crie um ambiente que dê vida aos personagens e a história e assim gerar uma conexão com os ouvintes promovendo uma ação transformadora tanto para eles quanto para o narrador. (Bandeira, 2019).

Para que a contação de histórias atinja o seu objetivo é necessário que o narrador leve em consideração três fatores: o público-alvo, a história que será contada e o local da contação. Além disso, o narrador não pode abrir mão da qualidade literária, tendo um prévio conhecimento acerca das histórias que serão contadas e do assunto a ser abordado a partir das mesmas. (Bandeira, 2019). A contação de

histórias como forma de aprendizado permite o contato do lúdico com diversas linguagens e formas de se contar uma história, por meio da utilização dos recursos: cenário, voz e corpo que alimentam o imaginário dos ouvintes possibilitando em diferentes interpretações das situações narradas. (Machado *et al*, 2021).

Utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a contação de histórias como medida interventiva profissional a partir das análises da experiência profissional adquirida durante o estágio supervisionado no *Projeto de extensão Narrativas sociais em outras histórias e novas memórias: Espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infanto juvenil* (2022) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do estudo efetuado na pesquisa de iniciação científica *Pixels sob a tela: a contação de histórias como uma linha condutora para uma análise política e social* (2023).

1- A Essência da Literatura e Suas Interfaces com o Serviço Social

Ao buscar o significado de uma determinada palavra, recorreremos aos dicionários, em uma tentativa de compreensão da convenção linguística a qual a mesma está inserida. Dependendo dos aspectos subjetivos e situacionais que compõem o contexto na qual é utilizada, a interpretação de uma palavra pode extrapolar o sistema linguístico, pois vai depender diretamente das experiências e relações sociais do sujeito que transcreve o texto na qual ela está incorporada (Fiorin, 2016).

A palavra literatura é descrita no dicionário Aurélio (1994), como uma forma de arte para compor um conjunto de obras em prosa ou verso, podendo ser escrita ou oral. De acordo com o livro *Teoria da Literatura*, pode ser definida como um conjunto de palavras que formam uma organização particular de linguagem, que deve ser estudada em si e não limitada a algo específico. Entretanto, no imaginário popular, a literatura é um conjunto de escrita imaginativa, quase ficcional, não podendo ser classificada como literal, pois não é uma reflexão da realidade social, ao mesmo tempo que não pode ser reduzida a mera expressão dos pensamentos de um autor (Eagleton, 2006).

No livro *Ficção, História, Literatura* (2006), Luiz Costa Lima argumenta que a natureza inventiva da literatura não a desqualifica como forma de conhecimento. Para o autor, a ficção literária, embora não corresponda aos critérios factuais da historiografia tradicional, possui potencial epistemológico, na medida em que permite estabelecer um diálogo crítico com a história. Desse modo, a literatura torna-se um meio legítimo de reflexão acerca da experiência humana e sobre os processos de formação da consciência histórica e de classe.

Porém, para Peter Hunt (2010), a literatura pode ser definida convenientemente de acordo com o uso que os leitores atribuem a ela e as normas culturais presentes na mesma, dessa forma, se torna um termo persuasivo, incapaz de possuir uma definição concreta que não esteja diretamente ligada à interpretação pessoal e particular acerca do texto.

A interpretação da literatura por esses autores embora semelhantes, descreve-se de formas distintas para atingir o mesmo ponto: O que é literatura? Descrita de uma forma no dicionário, porém compreendida de formas distintas por aqueles que decidem estudar a mesma de forma mais aprofundada. No Serviço Social, a literatura

produzida é uma forma de compreensão da sociedade e do seu objeto de intervenção, a chamada Questão Social, onde termos como “vulnerabilidade”, “direito” ou “família” não podem ser compreendidos apenas em seu significado literal.

É praticamente unânime na literatura que aborda os estudos sobre o surgimento do Serviço Social que a profissão surgiu ligada diretamente à Questão Social. Mas apesar de ser o principal objeto de intervenção no estudo do serviço social, foi somente após o movimento de reconceituação que a Questão Social foi inserida na agenda pública de toda a América Latina. É durante esse processo que é adquirida a perspectiva crítica em relação às mazelas da sociedade decorrentes do capitalismo monopolista (Ribeiro *et al*, 2015).

Em uma breve explicação, o chamado Movimento de Reconceituação, foi um período histórico responsável por inserir a perspectiva crítica marxista e pelo surgimento do projeto ético-político do serviço social. Sendo responsável, também, pelo reconhecimento da profissão como parte da divisão sócio-técnica do trabalho, que ao mesmo tempo que luta em prol da classe trabalhadora também age em prol dos interesses burgueses, reproduzindo assim as relações sociais (Ribeiro *et al*, 2015).

A reprodução das relações sociais é determinada pela reprodução da totalidade do processo social, ou seja, a reprodução de um determinado modo de vida que envolve todo o cotidiano da sociedade, isto é o modo de viver e de trabalhar, pré-determinados socialmente pelo sistema capitalista. Não se refere apenas a reprodução da força de trabalho, mas também a consciência social: jurídica, filosófica, religiosa e artística, e a partir disso que se toma consciência das mudanças ocorridas no modo de produção. É uma totalidade concreta que está em constante movimento, num processo de reestruturação permanente, que se adapta conforme as conjunturas históricas vigentes (Iamamoto e Carvalho, 2014).

O Serviço Social atua diretamente na reprodução das relações sociais, não por meio de um caráter conservador que esforça e apoia o poder vigente, tão pouco de forma revolucionária ou transformadora, como foi descrito a partir do movimento de reconceituação, mas sim de forma unilateral em um movimento contraditório, pois ao mesmo tempo em que o Serviço Social atua em prol da luta da classe trabalhadora, também, enquanto classe trabalhadora atua em prol dos interesses do capital (Iamamoto e Carvalho, 2014).

O papel desempenhado pela literatura nessa reprodução das relações sociais é oriundo do seu desempenho como manifestação simbólica e cultural, onde por meio da linguagem literária diferentes formas de valores, normas e ideologias são reafirmados ou questionados. Sendo uma forma de discurso profundamente imbricada nas estruturas sociais, a literatura funciona como instrumento que pode legitimar ou contestar as relações de poder e o modelo societário vigente. (Eagleton, 2006).

Na divisão sociotécnica do trabalho na qual a profissão Serviço Social está inserida, a apropriação das expressões culturais, como a literatura pode ser utilizada para uma maior compreensão dos processos sociais em sua totalidade (Iamamoto, 2007). As obras literárias no mesmo compasso que reforçam ideologias dominantes, também possuem o poder de despertar a consciência crítica, possibilitando uma articulação entre sensibilidade estética e análise sociopolítica, que para o Serviço Social, significa favorecer uma intervenção ética e comprometida com a transformação social ao ser utilizada em espaços de educação popular ou oficinas com usuários das políticas públicas, promovendo educação crítica, escuta sensível e leitura da realidade social com base no projeto ético-político do Serviço Social.

1.1 Projeto Ético-Político e Instrumentalidade: alicerces da atuação da Assistente Social

O Serviço Social ao longo da sua história idealizou o ser social como necessitado de reajustes para sua inserção e adequação nos moldes societários estabelecidos (Teixeira, 2017). Ou seja, o sujeito ético-moral descrito por Barroco (2010, p. 58) precisava ser estimado como detentor dos valores morais cristãos, de boa conduta, dono de suas ações e responsável pela distinção de atitudes externas, denominando-as por “certas e erradas” estabelecidas cotidianamente.

[...] a moral era um conjunto de "valores, princípios, normas de conduta, proibições de uma comunidade, que formava um sistema coerente num contexto histórico em tempo e forma, que servia como ideia, como modelo de condutas desejáveis e aceites" (Sanchez-Serrano, 2004, p. 127).

Tal lógica de comportamento social foi base para a elaboração do primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, em 1947, aprovado pela ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais), atribuiu ao Assistente Social uma atuação pautada pela lei de Deus e exigia um viés comportamental conservador, que

exigia da categoria que fosse alguém digno de ser um representante dos ideais da igreja católica (CFESS, 1947).

Entende-se o conservadorismo como uma função da sociedade, não pré-determinada e sujeita a constantes modificações que ocorrem conforme as mudanças da sociedade capitalista (Ferreira e Botelho, 2010). Sendo melhor caracterizado como:

reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental. (Ferreira e Botelho, 2010, p. 11-12).

Dentre as décadas de 1950 a 1980, a profissão passou por diversas mudanças no que tange a Lei de Regulamentação e aos conselhos responsáveis pela supervisão da prática profissional. Dessa forma, com as alterações estabelecidas na direção, se tornou necessária uma reforma no Código de Ética. Apesar de nesse momento da história brasileira, o Serviço Social estar no início de sua intenção de ruptura com o conservadorismo, no chamado Movimento de Reconceituação¹, a ideia tradicionalista alinhada à situação sociopolítica, Ditadura Militar, tensionava os profissionais daquele momento (Barroco, 2001).

No período ditatorial ocorre uma intensa repressão da liberdade de expressão política e crítica ao governo totalitário, fazendo surgir, novamente, a luta da classe trabalhadora em prol de uma reconfiguração na categoria profissional, onde visa-se o maior contato com a sociedade, em que parte dos profissionais alinhavam-se à movimentos sociais e sindicais para assegurar direitos, trazendo uma nova alusão para o Serviço Social e sua instrumentalidade (Barroco, 2001).

Essa conjuntura histórica, levou o Serviço Social a necessidade de uma reformulação da atuação profissional, com a criação do código de 1986, que segundo Netto (2001), essa condição só foi possível devido a problematização, a crítica ao conservadorismo profissional e ao momento político favorável para essas alterações, com o retorno da democracia (Netto, 2001). Porém, no âmbito da intervenção

¹ A profissão encontrava-se à na iniciativa para romper com as práticas assistencialistas que a mesma exercia. Contudo, o Regime Ditatorial favorecia os ideais da burguesia, essa sendo a classe dominante, onde aliada ao governo opressor da extrema-direita monitorava a informação e a disseminação desta. (Da Silva, 2017, n.p.).

profissional, alcançar avanços concretos na efetivação dos direitos sociais exige um posicionamento sólido no projeto ético-político do Serviço Social, em articulação com os movimentos sociais mais amplos da sociedade brasileira (Martinelli, 2011).

A solidificação do Projeto Ético-Político se iniciou quando o mesmo foi transcrito em 1990 a partir de uma amplitude na produção de informações no campo do Serviço Social, de forma crítica e com maior interesse dos profissionais a respeito do que tange os debates necessários para o momento político que vivenciavam. Dessarte, a construção desse projeto se deu em uma articulação com o rompimento da atividade profissional, antes conservadora e agora crítica na luta contra a ofensiva do capital (Teixeira, 2009).

Em 1993, foi transformado no Código de Ética Profissional, sendo caracterizado pelo reconhecimento da liberdade política e social do indivíduo, pela defesa dos direitos humanos, pela disseminação da justiça social em uma luta pela igualdade entre as classes, pelo fim de qualquer autoritarismo e no comprometimento com uma articulação no combate da profissão na diminuição dos impactos originados pelo sistema capitalista (Netto, 2001).

A partir do momento em que se levantou a necessidade dos estudos acerca das produções críticas sobre a sociedade e suas realidades, levando a profissão a dialogar profundamente com outras áreas do campo das Ciências Humanas e Sociais, o Serviço Social pode se reestruturar de forma que pudesse construir e reconstruir seus objetos de intervenção. Nesse contexto histórico, marcado pelo Movimento de Reconceituação, foram delineadas três competências fundamentais ao exercício profissional da assistente social chamadas de instrumentalidade (De Souza, 2008).

A instrumentalidade é uma forma do Serviço Social articular, de forma crítica, os meios (instrumentos e técnicas), os fins (objetivos profissionais) e os fundamentos teóricos e ético-políticos na atuação profissional. Ou seja, não se trata do uso de instrumentos técnicos, como a literatura, por exemplo, mas de compreender, teorizar e agir com intencionalidade, mobilizando sua reflexão crítica e todo o repertório intelectual disponível para responder às demandas sociais (Guerra, 2000).

A instrumentalidade no Serviço Social significa a capacidade ou propriedade constitutiva da profissão de acordo com os determinantes socio-históricos, em outras palavras, é o conceito central para compreender a teoria e a prática na atuação profissional. É por meio da instrumentalidade adquirida no exercício profissional, que a assistente social se torna capaz de construir possibilidades de intervenção que lhes

dê as respostas necessárias para modificar, transformar e alterar a nível cotidiano, as relações objetivas e subjetivas da sociedade. Ou seja, é uma particularidade da profissão que proporciona o alcance de objetivos e o atendimento das demandas objetivando as intencionalidades profissionais (Guerra, 2000).

Assim, o trabalho da assistente social possui uma dimensão técnico-operativa que precisa estar articulada com a dimensão teórico-metodológica e com a dimensão ético-política da profissão (Guerra, 2000). Técnico-operativa para que o profissional possa conhecer, se apropriar e criar habilidades técnicas, que lhe concedam a oportunidade de elaborar novas formas de ações profissionais em conjunto com os usuários e empresas contratantes que lhe garanta uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que possa atender as demandas dos empregadores, os objetivos da classe trabalhadores e a realidade social (De Souza, 2008).

Teórico-metodológica, pois o profissional deve ser competente no que diz respeito a compreensão da realidade social, política, econômica e cultural que esteja atuando. Assim, o estudo teórico-metodológico deve ser rigoroso, para que a assistente social possa compreender as relações sociais e seus desdobramentos para além da superfície, de forma que possa analisar profundamente a sua essência, entender seus porquês, movimentações e descobrir novas formas de atuação profissional que possam intervir nas mesmas (De Souza, 2008).

Ético-político pois a assistente social não pode ser neutro, sua atuação é diretamente nas expressões da questão social, dessa forma, é essencial que possua um posicionamento político forte que esteja frente às questões apresentadas na realidade social, para que possua uma melhor compreensão acerca do direcionamento social necessário para cada situação. Tal necessidade requer aderir a valores ético-morais que sustentem sua prática profissional e assuma com clareza sua prática profissional de articulação em sua intervenção nos interesses da classe dominante. Tais valores ético-morais estão prescritos no Código de Ética-Profissional dos Assistentes Sociais (De Souza, 2008).

As três competências do Serviço Social não podem ser desenvolvidas separadamente, para que assim não ocorra uma fragmentação da profissão e, por conseguinte uma despolitização. Entretanto, há o desafio de se articular a teoria com a prática, muito vivenciada pelos estudantes de Serviço Social, o que reforça que as três competências devem ser articuladas entre si, não podendo ser encaradas separadamente, para que os profissionais de Serviço Social não entrem de forma

desqualificada no mercado de trabalho e não infrinjam os princípios éticos da profissão.

1.2 A literatura como espelho crítico da realidade social

Por meio da linguagem, uma produção literária é capaz de descrever a complexidade das relações sociais, das desigualdades estruturais e dos conflitos históricos vivenciados, se tornando assim uma forma de conhecimento da realidade e portanto, possui implicações éticas, políticas e sociais (Candido, 2000). Não se trata apenas de uma escrita imaginativa ou bela, mas de um termo funcional, em que determinadas culturas ou grupos sociais valorizam de acordo com suas interpretações próprias dos textos. Valorização que está enraizada a estruturas ideológicas que refletem as relações de poder na sociedade, onde os juízos de valor são historicamente variáveis de acordo com a ideologia social dominante (Eagleton, 2006).

Se “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007, p.94), o estudo da concepção do que é literatura, enquanto prática social e expressão simbólica, deve ser para além das estruturas materiais e históricas na qual foi constituída. Eagleton (2006), defende que a literatura não se caracteriza como ideológica por ocultar a realidade, mas por apresentá-la a partir de determinadas formas e perspectivas que refletem posicionamentos específicos. Assim, a ideia de que a literatura pode ser neutra é uma ilusão, já que ela está profundamente marcada pelas contradições e debates do seu tempo (Eagleton, 2006).

Apesar disto, o propósito essencial da literatura não é servir a fins externos, como ideologias políticas, morais ou religiosas, mas proporcionar ao leitor uma experiência estética própria. Possui uma estrutura interna específica e desenvolve-se de modo autônomo, guiada por elementos que lhe são próprios (Coutinho, 1955). Para Antonio Candido (2000), a obra literária só adquire pleno sentido quando é vivida pelo leitor. Ela faz parte de um sistema dinâmico, em que textos se influenciam mutuamente e se completam no processo de recepção. Nessa perspectiva, a literatura é entendida como um meio de comunicação simbólica entre o autor, a obra e o público, sendo o efeito produzido no leitor um componente essencial para sua realização como arte.

Entretanto, “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (Marx; Engels, 2007, p. 47), o que compõe a ideia de que o leitor não interpreta a literatura a partir de um espírito puro, sem interferência externa do contexto social e político a qual reside. Mesmo que possua plena capacidade de interpretação e análise crítica do conteúdo consumido, ainda assim

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual [...] que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Ou seja, o leitor compreende aquilo que a burguesia deseja que seja compreendido, uma vez que é ela a responsável pela produção e reprodução da ideologia implícita nas narrativas literárias, mesmo que ocorra de forma inconsciente na escrita. O objetivo é sempre o mesmo, manter os valores da classe hegemônica, naturalizando suas posições de poder e suavizando as tensões sociais vigentes, pois “a produção das ideias, das representações, da consciência, está, desde o início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens” (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Eagleton (2006) afirma que não existe a possibilidade de uma produção cultural ser confeccionada sem possuir ideologia em seu cerne. Assim, a análise crítica da literatura envolve a compreensão de como os textos operam dentro de contextos históricos e ideológicos específicos, podendo revelar as tensões que estruturam a sociedade.

Antônio Cândido (2000) possui outra perspectiva acerca da literatura como análise crítica social, para o autor a literatura deve ser vista como um direito humano, pois “a literatura, mesmo nas suas formas mais simples, funciona como um fator de equilíbrio e de integração social” (Candido, 2004, p. 177). Sendo assim, ela é tão importante quanto o direito à alimentação, saúde e educação, uma vez que, a literatura, apesar da reprodução — consciente ou não — das relações sociais, também ocupa um papel fundamental na humanização da sociedade.

Esse papel só é possível graças a três funções principais atribuídas à literatura, que de acordo com Cândido (2004), podem ser psicológica, formativa e cognitiva. Uma narrativa literária, no que diz respeito a função psicológica, ao atender à necessidade

humana de fantasia e imaginação, permite que o leitor explore emoções, desejos e conflitos internos, permitindo, assim, uma reflexão e conhecimento de si mesmo (Candido, 2004).

Sua função formativa é ligada diretamente a sua capacidade de reproduzir — consciente ou não — os ideais hegemônicos da burguesia. Sendo um processo de escrita indizível a ausência de ideologia, a literatura atua na formação da personalidade, pois possui o poder de contribuir para a educação moral e ética, reafirmando modelos de conduta social e influenciando diretamente na percepção de valores, atitudes e comportamentos (Candido, 2004). Apesar disto, a literatura é uma forma de conhecimento, pois amplia a visão de mundo do leitor, permitindo que ele adquira uma maior compreensão acerca da realidade. É nesse contexto que a literatura adquire a capacidade de estimular o pensamento crítico e desenvolver a habilidade de análise, se tornando uma ferramenta importante na educação (Candido, 2000).

A função cognitiva da literatura, só se torna possível quando os autores passam a transcrever em suas obras suas próprias análises críticas a respeito das contradições sociais, rompendo com a função ideológica da arte como simples reprodutora do status quo. Engels, em carta a Margaret Harkness, afirma que uma obra literária pode ser realista “quando expõe fielmente as condições sociais de uma época, ainda que o autor não esteja completamente consciente das leis que regem essas condições” (Engels, apud Lukács, 2011, p. 89).

No contexto literário do Serviço Social, a dimensão crítica da literatura aproxima a profissão da compreensão das múltiplas expressões da questão social. Ao representar vivências marcadas pela desigualdade, opressão e resistência, a literatura fornece subsídios importantes para a análise da realidade, contribuindo para o fortalecimento de uma prática profissional fundamentada no compromisso ético-político da profissão (CFESS, 2020).

Netto (1996), observa que a formação crítica da assistente social exige a apreensão da totalidade social, nessa perspectiva, a literatura funciona como um mediador entre o conhecimento técnico e a vivência subjetiva dos usuários. Essa contribuição estimula uma escuta mais qualificada e a construção de estratégias de intervenção mais sensíveis à complexidade da realidade social a qual o usuário está inserido. Ao incorporar essas narrativas à formação e à prática, o Serviço Social

potencializa sua capacidade de leitura crítica da realidade e fortalece sua atuação como agente de transformação social (Iamamoto, 2007).

2- O Tripé Universitário e sua relevância para a formação em Serviço Social

Considerando que o projeto ético-político da profissão está diretamente associado à formação de sujeitos críticos e engajados à emancipação humana, a extensão, o ensino e a pesquisa se configuram de maneira determinante na condição de modalidades de ensino que ultrapassam o espaço escolar, ou seja, na condição de conjuntura, tanto técnica quanto transformadora, entre universidade e sociedade (BAETA et al., 2024). Esse diálogo, conhecido como Tripé Universitário, está previsto na Constituição Federal de 1988, onde é afirmado que as universidades “[...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, art. 207 CF/88” (Brasil, 1988).

Reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), é estabelecido que a Universidade Pública deve possuir uma colaboração política e pedagógica que não só auxilia na produção de conhecimento, mas também na formação profissional, mantendo o compromisso social da universidade. Contribuindo, assim, para uma formação crítica ao integrar teoria e prática em uma dinâmica transformadora da realidade (Baeta et al., 2024).

Além disso, a partir de 2018, a Resolução Nº 7 do CNE/CES tornou as atividades de extensão universitária um item obrigatório no currículo das instituições de ensino superior públicas e privadas, ao determinar que, pelo menos, 10% da carga horária total dos cursos seja destinada a atividades de extensão que promovam um paradigma mais efetivo de ensino, pesquisa e extensão. Nas universidades públicas, essa política aprimora o engajamento cívico do ensino superior ao ampliar o alcance, bem como as contribuições que indivíduos profissionalmente treinados fazem à vida pública e ao aprofundar a formação profissional que responde às necessidades sociais.

Como eixo formativo central, o ensino encarrega-se de veicular os conhecimentos, tanto teóricos quanto práticos, responsáveis por subsidiar a atividade profissional da assistente social. Todavia, para que este processo não se esgote no mero repasse de conteúdo, é preciso vincular o ensino às outras dimensões da prática universitária. O ensino no Serviço Social deve estar comprometido com a formação de profissionais capazes de compreender as mediações sociais e intervir de forma crítica e qualificada nos processos que produzem a desigualdade (Iamamoto, 2009).

A pesquisa, por sua vez, ocupa papel estratégico na consolidação de uma formação teórico-metodológica crítica, proporcionando ao estudante uma possibilidade para aprofundar o entendimento da sociedade como um todo. A pesquisa no Serviço Social não é neutra nem descolada da realidade, mas comprometida com a análise rigorosa das contradições sociais e com a construção de alternativas emancipadoras, segundo Netto (2011), a pesquisa é o espaço em que se desenvolve a autonomia intelectual da assistente social, condição essencial para que ele possa atuar com competência técnica e posicionamento ético.

A extensão universitária, muitas vezes subvalorizada nos currículos, é o eixo que mais diretamente concretiza o vínculo entre universidade e sociedade, uma vez que é por meio dela que os conhecimentos produzidos na universidade retornam à população sob a forma de ações, projetos, intervenções e processos educativos. No âmbito da graduação em Serviço Social, ela se constitui como um lugar de formação crítica, articulando universidade e sociedade e contribuindo para a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento do projeto ético-político da profissão (Ferraz, 2013). Trata-se, portanto, de uma prática política, que reafirma o compromisso da universidade pública com os interesses da classe trabalhadora e com a efetivação dos direitos sociais (Behring, 2003).

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, portanto, não deve ser vista apenas como uma exigência legal ou institucional, mas também como uma estratégia pedagógica que fortalece a formação crítica e comprometida da assistente social. A integralização do tripé universitário, permite que o estudante vivencie a realidade social em suas múltiplas facetas, tornando, assim, capaz de produzir um conhecimento comprometido com a emancipação humana de forma ética, competente e sensível às demandas sociais (Silva et al., 2021).

Para além de uma formação social crítica, em um contexto marcado por retrocessos nas políticas sociais e ataques à ciência e à educação pública, fortalecer o tripé universitário também é uma forma de resistência. Trata-se de garantir que a formação profissional no Serviço Social não se mantenha apenas na técnica, mas inclua a formação política e ética necessária às expressões da questão social. A Universidade, portanto, não deve ser algo fechado, mas aberto ao diálogo com movimentos sociais, com territórios, com saberes populares, construindo pontes entre o conhecimento científico e a realidade concreta da maior parte da população. Nesta perspectiva, se faz necessária uma “ecologia de saberes”, que valorize o

conhecimento produzido fora dos muros acadêmicos, propondo um diálogo horizontal entre ciência e saberes populares como estratégia de democratização do conhecimento (Santos, 2010).

2.1 A extensão universitária como ponte entre saberes e transformação social

A universidade pública brasileira, ao longo de sua história, consolidou-se como espaço de produção de conhecimento, formação de profissionais e promoção do desenvolvimento social. Dentre os pilares que sustentam esta missão institucional, se destaca a extensão universitária, entendida aqui como uma dimensão indissociável do ensino e da pesquisa. A extensão, por conseguinte, não é um “acréscimo” secundário, mas uma prática central para efetivar o compromisso social da universidade, revelada por meio do diálogo entre o saber acadêmico com o saber popular e comunitário (Brasil, 2018).

Segundo o *Plano Nacional de Educação* (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, a extensão deve integrar de forma orgânica os currículos dos cursos de graduação, com no mínimo 10% da carga horária dedicada a ações de extensão. Essa diretriz vem a corroborar o já mencionado papel estratégico da extensão como ferramenta fundamental para integrar o conhecimento científico, tecnológico e cultural às reivindicações concretas do povo, em particular das populações em estado de vulnerabilidade social. Freire (2017, p.96), afirma que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, portanto, a extensão é uma via de mão dupla, em que aprendem tanto a comunidade quanto a universidade.

A concepção de extensão que hoje norteia as políticas universitárias no Brasil está associada, nos níveis epistemológico e político, ao princípio da educação popular e emancipatória. Desse modo, a extensão não se reduz ou se esvazia na mera aplicabilidade de saberes acabados ou, ainda, na prestação de serviços. A extensão implica produção compartilhada de conhecimentos a partir do reconhecimento pleno da legitimidade dos saberes populares e da organização política e ativa dos sujeitos sociais, ou seja, “a universidade deve se abrir à escuta, ao diálogo com os diferentes modos de saber e viver dos sujeitos historicamente excluídos da produção do conhecimento” (Arroyo 2013, p. 59).

Além disso, a prática extensionista é um lugar de formação ética e política. Por meio da experiência com a extensão, estudantes e professores têm a oportunidade de conhecer concretamente os territórios, a dinâmica da política pública e as diversas formas de resistência social. Na formação do Serviço Social, a extensão universitária funciona “como uma linha de irradiação e de recondução, do local para o global e vice-versa” e é por meio da prática extensionista que se forma uma consciência crítica que está sendo primordialmente construída em processo (Iamamoto, 2009, p. 174). Desse modo, a extensão reafirma seu compromisso com a formação de multiplicadores sensíveis ao social e capacitados a intervir de maneira ética e transformadora.

A formação acadêmica em extensão universitária contribui, dessa maneira, para a superação da fragmentação entre teoria e prática, alvo de muitas críticas nos processos formativos. Isto porque ela proporciona a articulação dos conteúdos aprendidos e produzidos em sala de aula e pelas pesquisas com os desafios observados pelas comunidades. Assim, a extensão fomenta uma visão mais ampliada da realidade e fortalece a função social da universidade e, portanto, deve ser compreendida como processo acadêmico que promove a integração entre ensino, pesquisa e demandas sociais, valorizando o protagonismo popular e a produção coletiva de saberes (FORPROEX, 2018).

Logo, a extensão universitária é a materialização concreta do compromisso social da educação superior, que se pauta por princípios como solidariedade, justiça social e transformação das condições de vida das populações. A extensão desmonta a lógica de uma universidade isolada e elitista à medida em que promove práticas que aproximam o saber acadêmico das demandas sociais, por meio do diálogo e ação coletiva com a comunidade (De Marco; Sarmiento; Menegat, 2016). No campo do Serviço Social, a extensão representa um espaço privilegiado para a formação crítica, na medida em que possibilita uma escuta sensível e engajada das expressões da questão social (Bertollo, 2021). Portanto, fortalecer a extensão é fortalecer o papel público da universidade na luta por uma sociedade mais justa, democrática e plural.

2.2 A iniciação científica e sua importância na memória da assistência social.

A iniciação científica constitui uma atividade acadêmica voltada para a inserção precoce de discentes das respectivas áreas de graduação no universo da pesquisa, colaborando de modo fundamental para a formação de uma atitude investigativa, crítica e ética. No que concerne à assistência social, por outro lado, a prática da iniciação científica é, igualmente, mais do que exercício de ensino formativo. Trata-se de garantia da possibilidade de preservação, análise e reconstrução da memória das políticas e das práticas sociais. Como afirma Iamamoto (2009, p. 186), a pesquisa, ao articular teoria e prática, permite a compreensão dos processos sociais em sua historicidade, oferecendo subsídios para intervenções qualificadas e fundamentadas.

Desempenhando um papel importante ao ajudar a resgatar experiências, políticas públicas e práticas profissionais que muitas vezes acabam sendo esquecidas, a iniciação científica contribuiu ao longo da história do Serviço Social, permitindo que os estudantes compreendam melhor as bases teóricas e históricas que sustentam o projeto ético-político da profissão, além de entenderem a trajetória de lutas pelos direitos sociais no Brasil (Iamamoto, 2007).

Nesse contexto, a memória social ultrapassa os limites de ser apenas um acervo de dados, se tornando um processo contínuo e crítico de reconstrução do passado. Onde a pesquisa ajuda a preservar e valorizar experiências coletivas que tiveram grande importância histórica (Paiva, 2003; Pollak, 1989). Dessa forma, produzir conhecimento no campo do Serviço Social ganha uma função estratégica: fortalecer a identidade profissional e resistir ao esquecimento das narrativas sociais que fazem parte da nossa história (Guerra, 2010).

É responsável pelo fortalecimento da identidade profissional da assistente social em formação, que ao participar de investigações acerca das políticas públicas e relações sociais, o estudante aprende a identificar as determinações estruturais da desigualdade social e a historicidade da intervenção estatal nas expressões da questão social. Pois, compreender a trajetória da assistência social é essencial para que os profissionais possam atuar de forma crítica frente às estratégias de desresponsabilização do Estado e de naturalização da pobreza (Behring e Boschetti, 2009).

Dar mais importância a iniciação científica na área da assistência social significa, igualmente, entender sua função na democratização da criação de conhecimento. Quando orientada por princípios éticos e dialógicos, a pesquisa aproxima o saber acadêmico das experiências populares e fortalece a construção

coletiva do conhecimento. A pesquisa que se importa com a realidade precisa estar ligada aos indivíduos e aos locais que sempre ficaram de fora da criação do saber, nesse sentido, a iniciação científica pode funcionar como ferramenta de escuta e de registro das memórias das populações atendidas por políticas de assistência social (Arroyo, 2013).

Um ponto importante é que a pesquisa científica facilita a conversa entre profissionais experientes e quem utiliza a assistência social, mantendo vivas as experiências, os métodos e o conhecimento prático do dia a dia. Essa dinâmica nutre a memória compartilhada da profissão e consolida sua estrutura teórica e prática, ajudando a lidar com os desafios sociais, ou seja, o conhecimento produzido a partir da realidade concreta é um instrumento de resistência frente à lógica neoliberal, que tende a esvaziar os sentidos públicos das políticas sociais (Iamamoto, 2009).

Assim, a pesquisa de cunho científico, vista como algo essencial no aprendizado e na trajetória política dos futuros assistentes sociais, torna-se fundamental para a conservação e o estudo da história da assistência social. Tal prática fomenta não só o aprimoramento do saber teórico e prático, mas também o desenvolvimento de uma visão questionadora e engajada com os direitos da sociedade. Dar importância à pesquisa científica é apostar na capacitação de profissionais aptos a interagir com o passado, entender o agora e idealizar ações inovadoras para o futuro da assistência social no país (Behring e Boschetti, 2009).

2.3 O Estágio Supervisionado e a Extensão Universitária: Práticas no projeto “Narrativas sociais em outras histórias e novas memórias: Espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infantojuvenil”

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia de COVID-19, e conseqüentemente, o distanciamento social²², em uma tentativa de reduzir a propagação do vírus e diminuir o alto número de óbitos, gerando, assim, conseqüências drásticas nas áreas social, econômica e educacional do Brasil. (Silva

²² O distanciamento social foi adotado como medida necessária para conter o avanço do vírus, o que impactou diretamente as relações sociais e as formas de trabalho. No campo do Serviço Social, essa realidade exigiu a reformulação das práticas profissionais, adaptando-as ao contexto remoto sem perder de vista o compromisso ético com os direitos sociais e com a escuta qualificada das expressões da questão social.

et al., 2021). Dentro dessas condições, as universidades precisaram interromper bruscamente as aulas, prejudicando o cronograma, as pesquisas, os projetos de extensão e o apoio à população durante o ano de 2020 (Costa & Oliveira, 2020).

Decorrente da necessidade de se adequar a um novo contexto social, o projeto de extensão *Narrativas Sociais em outras histórias e novas memórias: Espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infantojuvenil*, se configurou como campo de estágio remoto e para compreender essa nova estrutura, é preciso elucidar que em sua trajetória, o projeto se divide em três linhas. Em seu momento inicial, a extensão, intitulada de “Entre livrarias e bibliotecas: a literatura infantojuvenil nos espaços sociais de formação leitora”, teve sua primeira linha de pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), acarretando na descoberta de que “outros espaços, para além da escola, poderiam contribuir para a formação social dos leitores de literatura infantojuvenil, incipientes ou não, crianças ou não” (PROJETO, 2021).

Mantendo o curso de ações prévias que visam destacar a leitura como ferramenta essencial para o desenvolvimento do senso crítico e pessoal, a segunda vertente do projeto ganha forma com a criação de um selo de publicação de livros para crianças e jovens pela EDUR — Editora Universitária da UFRRJ. Possuindo como idéia central, o acesso ampliado à literatura e estimula a escrita por parte dos alunos da universidade, estreitando os laços entre vivência na academia, manifestação literária e a edificação da própria identidade. No ponto de vista teórico, essa ideia se ancora na compreensão da literatura como espaço de constituição do sujeito, em que a humanização presente na narrativa literária, permite que o indivíduo conheça os outros e a si mesmo, por meio da imaginação e da linguagem (Candido, 1995).

Assim, firmou-se a terceira linha do Projeto, que se divide em dois momentos diferentes, um deles ainda em andamento. A primeira ação é o Projeto de Extensão chamado “De linhas, histórias e memórias: os espaços possíveis para a contação e a criação de livros em literatura infantojuvenil”, que ocorreu entre 2015 e 2016, com alunos bolsistas dos cursos de Pedagogia e Educação do Campo. Esse projeto visava unir o ensino à produção literária, incentivando momentos de diálogo, criação e renovação simbólica por meio da literatura. A segunda fase, que aconteceu em 2020 e 2021, com o nome “De linhas, outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos possíveis à contação e à criação de livros em literatura infantojuvenil”, passou

a ser online em razão da pandemia, expandindo sua ligação com a área do Serviço Social ao ter uma aluna bolsista do curso (Alvaro, 2022).

Seu desenvolvimento de forma remota foi realizado na rede social Facebook, escolhida por sua acessibilidade e amplitude de público, considerando aspectos geracionais e de gênero. A principal atividade passou a ser a realização de lives (exibições de vídeos ao vivo) semanais de contação de histórias, sempre às quartas-feiras, às 18h30, com duração de uma hora. Nessas transmissões ao vivo, eram narradas obras de literatura infantojuvenil acompanhadas de reflexões temáticas e interações com o público.

Em 2020, diante do isolamento social e da intensificação das expressões da Questão Social, as histórias abordaram temas sensíveis como saudade, medo, luto, perdas e sentimentos de vazio. A escuta atenta aos comentários nas lives permitiu à equipe identificar demandas emergentes, como violência de gênero, saúde mental e diversidade sexual. Com base nessa escuta, em 2021 foi realizada uma curadoria de histórias que contemplassem, de forma direta ou simbólica, questões relacionadas a gênero, raça, etnia, culturas e crenças.

Esse processo consolidou o projeto como um espaço potente de ensino-aprendizagem e campo possível para estágio em Serviço Social, articulando prática extensionista e formação profissional. Por meio da estética literária e da escuta sensível, as lives fomentaram debates sobre direitos, subjetividades e limites das políticas públicas. As atividades das estagiárias incluíam leitura e análise de textos teóricos e literários, bem como reuniões de planejamento e supervisão que orientavam a construção coletiva das ações do projeto.

As duas vivências ilustram a percepção de que a literatura, sobretudo se integrada ao aprendizado e à atenção plena, é um recurso valioso para manifestar sentimentos, lembranças e percursos individuais. Assim, conforme Freire (1996) destaca, uma educação que liberta requer enxergar o próximo como alguém que faz história, apto a contar e transformar sua vida. Paralelamente, às ações apresentadas aqui se conectam à ideia de Benjamin (1994), que afirma que narrar histórias é um ato de troca, onde o conhecimento compartilhado guarda vivências que lutam contra o esquecimento e a desordem do agora.

Em 2022, o projeto passou a ser denominado “Narrativas Sociais em outras histórias e novas memórias: Espaços, temas e sujeitos revisitados na literatura infantojuvenil”, e se configurou como campo de estágio supervisionado, iniciando as

atividades em caráter remoto, mas passando a possuir atividades presenciais a partir de julho do mesmo ano, contemplando cinco alunas do curso de Serviço Social como estagiárias. Essa experiência prática realça o valor da conexão entre teoria e prática na formação, como Netto (2011) aponta, enfatizando que o estágio é uma oportunidade ímpar para entender a realidade social de forma crítica e testar o projeto ético-político da profissão.

O projeto fundamenta-se na concepção de literatura como um campo ampliado de conhecimento, ganhando relevância social ao interagir com as ciências humanas e sociais. Ao perceber que a literatura vai além da estética, influenciando a formação quando ligada à antropologia, história, psicologia e sociologia, o projeto reconhece a importância da sua interlocução com o Serviço Social. Assim, acredita-se que, ao unir diferentes visões, o estudo da literatura se aprofunda e se firma como ferramenta para analisar a realidade (Santos, 2008).

Ao integrar o Serviço Social ao projeto, vislumbramos um panorama mais abrangente, entendendo que a literatura não só aproveita as colaborações dessas áreas, como também fornece bases cruciais para a evolução formativa nelas presentes. A contação de histórias, dentro desse cenário, é vista como uma ação de intervenção que estimula a lembrança, a individualidade e a ponderação sobre a sociedade — elementos cruciais no trabalho da assistente social (Projeto, 2021). Essa forma de pensar converge com as ideias de Silva (2010), ao realçar que o aprendizado profissional no Serviço Social precisa unir teoria e delicadeza, lógica e fantasia, incentivando ações que auxiliem na autonomia das pessoas e no reforço de suas ligações com a cultura e a trajetória.

Ao integrar a literatura infantojuvenil com a prática do Serviço Social, o projeto estabelece um ambiente interdisciplinar propício à escuta sensível, o acolhimento das narrativas e à interpretação de significados, elementos cruciais na interação com sujeitos em situação de vulnerabilidade. Conforme ressalta Bosi (1992), a memória é constitutiva das identidades e pode ser despertada através das narrativas, viabilizando a reinterpretção de vivências e a reconstrução simbólica do percurso existencial. Desse modo, o projeto não só enriqueceu o conhecimento das alunas, mas igualmente impulsionou o aprimoramento de uma atuação profissional engajada com a mudança social e com a importância das diversas perspectivas que formam a sociedade.

No documento do Projeto submetido ao edital BIEXT da universidade à qual está vinculado, o público alvo é descrito de forma ampla. Ele engloba todos os

membros envolvidos na execução das atividades propostas— a equipe técnica, os coordenadores, os bolsistas, os alunos e ex-alunos – e participantes externos, como funcionários públicos, professores, pessoas da terceira idade e cidadãos comuns. Em termos quantitativos, o planejamento previa aproximadamente 30 participantes por encontro, considerando uma frequência semanal de atividades de contação de histórias ao longo do ano de vigência do projeto (Projeto, 2021).

A partir da análise preliminar dos dados levantados para a elaboração do Relatório de Estágio III, constatou-se que a população partícipe era bastante diversa e reunia sujeitos de distintos perfis. Entre eles, mulheres e homens na faixa etária dos 20 aos 50 anos, estudantes de variadas áreas de formação, além de pessoas oriundas de diferentes municípios e estados. A heterogeneidade do público, demonstra a potência da contação de histórias como prática interventiva, capaz de construir espaços de pertencimento, escuta e diálogo. Dessa forma, entende-se que práticas culturais que valorizam a pluralidade de vozes contribuem para a democratização do conhecimento e para a constituição de sujeitos críticos e socialmente implicados (Silva, 2005).

As manifestações escritas do público participante — expressas nos comentários, nas devolutivas e nas experiências subjetivas evocadas durante as atividades de contação de histórias – revelaram uma pluralidade de demandas, percepções e reflexões. Essa análise cuidadosa e interpretativa permitiu ao grupo do Projeto identificar assuntos recorrentes e emergentes, que resultaram em dois Cursos de Extensão dedicados à conexão entre literatura, subjetividade e expressões da questão social. A escuta sensível, nesse contexto, como prática formativa e transformadora, alinhada à perspectiva de Freire (1996), que defende o diálogo como método de conhecimento e emancipação.

O primeiro curso, realizado em 2020, intitulou-se “*Janelas narrativas: laboratório de urgências socioliterárias*”, e teve como propósito fomentar a escrita criativa, reflexiva e estética a partir das vivências das participantes. O curso contou com a participação de mulheres de diferentes regiões do Brasil, com distintas trajetórias acadêmicas, identitárias e socioculturais. As produções resultantes revelaram potentes elaborações estéticas sobre questões de gênero, trazendo à tona narrativas marcadas por desigualdades, resistências e afirmações identitárias. Nesse sentido, as histórias contadas e escritas assumem, segundo Certeau (1994), a função

de estratégias de apropriação simbólica do cotidiano, por meio das quais os sujeitos reelaboram suas experiências em linguagem.

A partir da análise dos textos produzidos nesse primeiro momento, emergiu a necessidade de aprofundar a discussão sobre gênero de forma mais direta e estruturada. Foi assim que, em junho de 2021, surgiu o curso “*Em linhas narrativas de mulheres: infinitos contornos de gênero*”, no qual as participantes — e um participante — puderam refletir, a partir da literatura, sobre os múltiplos sentidos de ser mulher em diferentes contextos históricos e sociais. O entrelaçamento das narrativas permitiu visibilizar continuidades e rupturas nas experiências femininas ao longo do tempo, demonstrando como a literatura pode funcionar tanto como ferramenta de reflexão crítica quanto como espaço de denúncia das violências e exclusões historicamente vivenciadas pelas mulheres. Tal abordagem dialoga com os apontamentos de Hooks (2018), ao reconhecer a escrita como um ato político e libertador, especialmente para sujeitos historicamente silenciados.

Com o objetivo de qualificar as ações extensionistas e garantir a escuta ativa da comunidade acadêmica mediante ao retorno às atividades presenciais no ano de 2022, a equipe do projeto intitulado “Narrativas Sociais em outras histórias e novas memórias: Espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infantojuvenil” realizou, junto aos discentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), uma pesquisa quantitativa, cujo o intuito foi identificar quais temas seriam mais relevantes para as sessões presenciais de contação de histórias. Essa análise revelou de forma significativa a demanda por abordagens relacionadas à saúde mental, evidenciando a urgência de espaços que favorecessem o cuidado, a escuta sensível e a expressão emocional no contexto universitário (Alvaro, 2022).

Considerando esse retorno, foram organizadas sessões semanais de contação de histórias durante o semestre letivo de 2022.1. As atividades ocorreram às quintas-feiras, na sala de multimídia da biblioteca central do campus de Seropédica da UFRRJ, e foram conduzidas pelas estagiárias do curso de Serviço Social, em sistema de revezamento. Tais ações destacam a ideia de que a universidade tem potencial para ser um local de acolhimento e conexão, sobretudo ao lidar com as complexidades da saúde mental e os obstáculos pessoais dos alunos. Conforme aponta Sawaia (1999), a escuta e a atenção às emoções são componentes fundamentais das práticas sociais comprometidas com a ética e a transformação.

Além disso, a literatura como ferramenta de mediação simbólica revela-se um recurso potente na abordagem da saúde mental, pois permite a elaboração de sentidos e o acolhimento das experiências subjetivas por meio da linguagem (Ricoeur, 2007). As contações realizadas nesse período, portanto, não apenas responderam a uma demanda concreta da comunidade acadêmica, mas também contribuíram para a construção de um espaço de cuidado e diálogo dentro da própria universidade.

3. A arte da contação de histórias como recurso interventivo no Serviço Social

3.1 Análise do projeto de iniciação científica “Pixels sobre a tela: a contação de histórias como linha condutora para uma análise política e social”

Conforme vimos no segundo capítulo, a universidade deve se orientar pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seu intuito deve ser promover uma formação crítica e comprometida com a transformação da realidade social, conforme afirma Marilena Chauí (2001). Partindo desse pressuposto, a pesquisa de iniciação científica, sob o título “Pixels sob a tela: a contação de histórias como uma linha condutora para uma análise política social”, ao se inserir de maneira contundente no campo do Serviço Social, adquire uma proposta inovadora por articular literalmente infantojuvenil e a análise das expressões da questão social emergentes do contexto pandêmico.

O estudo, desenvolvido a partir das atividades propostas no projeto de extensão “Narrativas sociais em outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infantojuvenil”, durante o ano de 2020, demonstra sensibilidade metodológica ao analisar os comentários e interações em lives de contação de histórias, revelando subjetividades impactadas pela crise sanitária e sociopolítica.

A relevância da pesquisa está ancorada na sua capacidade de revelar — por meio da escuta qualificada e da mediação simbólica proporcionada pela literatura — o sofrimento social vivenciado por indivíduos e grupos em tempos de crise. Indo para além de uma interpretação passiva, observou-se durante as atividades analisadas, que o público participante compreensão acerca de temas como luto, medo, violência de gênero, saúde mental e negação política.

Tal possibilidade foi alcançada por meio de mediações literárias. Se para Silva (2001), a literatura possui uma potência epistemológica e política, pois permite que os sujeitos leiam a si mesmos e ao mundo, contribuindo para a construção de narrativas de resistência frente às opressões vividas, logo, a proposta de análise das lives e comentários do público participante vai além da observação passiva, alcançando um grau de interpretação que permite compreender como temas como luto, medo,

violência de gênero, saúde mental e negação política foram expressos a partir da escuta ativa e da partilha mediada pelas narrativas literárias.

De acordo com Bandeira (2019), a contação de histórias pode afetar profundamente os envolvidos, suscitando diálogos entre o eu e o coletivo. Abramovich (1997) complementa, dizendo que “Ouvir e contar histórias é uma forma de encontro entre as pessoas, de troca de experiências e emoções, um exercício de escuta e de empatia”, ressaltando o potencial da narrativa como meio de construção de vínculos e de subjetividades. Paulo Freire (1996), defende a pedagogia da escuta e da libertação como pilares do processo educativo e interventivo. Ao promover espaços onde os sujeitos compartilham suas dores, medos e esperanças, a contação de histórias assume um caráter educativo, político e emancipatório, tornando-se uma ação coerente com o projeto ético-político do Serviço Social.

As práticas sociais precisam considerar as dimensões subjetivas dos sujeitos envolvidos, abrangendo suas emoções, suas memórias e suas representações sociais (Lane,1990). A contação de histórias, nesse contexto, não é apenas instrumento técnico, mas atua como uma ligação emocional que impulsiona a criação de significado e a sensação de pertencimento. Os projetos de extensão como práticas educativas que integram o saber acadêmico à sabedoria popular, promovem trocas de saberes e a construção coletiva de conhecimento, nesse contexto, o projeto analisado neste estudo materializa essa articulação ao acolher as narrativas dos participantes e valorizá-las como fontes legítimas de conhecimento e reflexão social.

Dessa forma, a pesquisa articula a prática extensionista com a produção de conhecimento, respeitando o princípio do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o projeto promoveu a aproximação da universidade com a sociedade, fortalecendo a função social da educação superior e ampliando os horizontes formativos da estudante pesquisadora. A participação ativa na curadoria de conteúdos, na mediação das atividades e na análise dos dados revela o comprometimento com uma formação crítica e transformadora.

A originalidade e o compromisso social da pesquisa justificam sua relevância acadêmica. Ela contribui para o debate sobre práticas interventivas no Serviço Social, especialmente em tempos de crise, e aponta caminhos possíveis para o fortalecimento do vínculo profissional com os usuários. A escuta das narrativas de vida, mediada pela literatura, permite acessar dimensões subjetivas e simbólicas das experiências

sociais, oferecendo ao profissional de Serviço Social ferramentas mais humanas e sensíveis à realidade do outro.

Destaca-se que a pesquisa reflete os princípios da práxis crítica no Serviço Social, ao conjugar teoria e prática, reflexão e ação. A continuidade dessa produção, por meio da submissão de artigo e da participação em novos projetos, evidencia a maturidade acadêmica e o compromisso ético-político da autora com a transformação social. A contação de histórias, longe de ser apenas uma ferramenta lúdica, revela-se, neste estudo, como uma potente estratégia de intervenção e resistência frente às desigualdades sociais evidenciadas e aprofundadas pela pandemia.

3.2 O Projeto de intervenção e a experiência de estágio: Uma análise crítica

A análise crítica do projeto de intervenção e do relatório de estágio de Isabela Oliveira Alvaro evidencia a potência da contação de histórias como uma estratégia interventiva do Serviço Social. A proposta, também vinculada ao projeto de extensão “Narrativas sociais em outras histórias e novas memórias: Espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infantojuvenil”, reafirma a centralidade da cultura e da comunicação na construção de vínculos e no enfrentamento das expressões da questão social. A experiência como estagiária em ambientes escolares e universitários revelou uma apreensão crítica da realidade e das necessidades emergentes do território onde o estágio se insere.

Inspirada pelas atividades em categoria remota, mencionadas na pesquisa de iniciação científica anteriormente, a intervenção proposta vai além da dimensão pedagógica, assumindo um compromisso ético-político com a formação profissional crítica. Para Iamamoto (2009), o Serviço Social é uma profissão que se constrói no interior da luta de classes e precisa estar comprometido com os interesses da classe trabalhadora. A escolha da literatura infantojuvenil como ferramenta não é casual: é um instrumento acessível, simbólico e eficaz na abordagem de temáticas como saúde mental, luto, violência e exclusão.

A partir da leitura do relatório de estágio, observa-se a capacidade da intervenção de mobilizar os sujeitos a partir de suas vivências e subjetividades. A prática da contação de histórias foi mediada por dinâmicas interativas, que permitiram aos participantes elaborar sentimentos, refletir sobre sua trajetória e construir sentidos

coletivos para as dores individuais. Essa dimensão subjetiva da intervenção encontra respaldo em Guerra (2000), ao tratar da dimensão técnico-operativa do Serviço Social como espaço de articulação entre teoria, método e compromisso ético.

Outro ponto de destaque é a articulação entre o projeto de intervenção e o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. A vivência de estágio foi atravessada pela participação ativa em todas essas dimensões, reforçando a perspectiva de uma formação crítica e integral, conforme propõe Chauí (2001). A produção do conhecimento não se deu de forma abstrata, mas enraizada nas experiências concretas dos sujeitos e nos desafios da realidade educacional e social brasileira.

Do ponto de vista metodológico, a intervenção foi planejada com clareza e sensibilidade, buscando envolver os estudantes de Serviço Social na reflexão sobre a contação de histórias como prática profissional legítima. Esse processo formativo permitiu ressignificar o lugar da literatura na prática da assistente social, desconstruindo o senso comum que a associa apenas ao universo infantil. Netto (2011) alerta que a instrumentalidade da profissão deve ser compreendida como mediação entre o projeto ético-político e a realidade concreta, o que foi visivelmente alcançado neste trabalho.

As dificuldades relatadas no relatório, como o calendário apertado, a ausência de autorização para entrada nas escolas e o esvaziamento das instituições, não inviabilizaram a proposta. Ao contrário, revelam a capacidade de adaptação e reinvenção da equipe de estágio, que reorganizou a oficina em formato remoto e obteve resultados significativos. A flexibilidade e o comprometimento ético das estagiárias demonstram uma postura crítica diante das condições objetivas da prática, o que está em consonância com a direção social do projeto profissional.

As experiências vividas em campo reforçaram a compreensão de que a literatura, enquanto expressão simbólica da vida social, pode se tornar mediação privilegiada para abordar temas da questão social de forma humanizada, reflexiva e acessível. Como destaca Silva (2009), o trabalho com narrativas permite construir espaços de escuta e fala que valorizam a experiência dos sujeitos e potencializam sua autonomia. A intervenção com mães de alunos, por exemplo, aponta para a sensibilidade da equipe em reconhecer demandas invisibilizadas pela lógica escolar tradicional.

Além disso, a proposta dialoga com a Lei 13.935/2019, que insere assistentes sociais na educação básica, e reforça a importância do olhar interdisciplinar e da

atuação ética comprometida com os direitos humanos. A contação de histórias, nesse contexto, é ferramenta de educação popular, de conscientização crítica e de fortalecimento do protagonismo social. Como aponta o CFESS (2014), o Serviço Social deve atuar como mediador das contradições sociais, promovendo a democratização do acesso à cultura e ao conhecimento.

A intervenção e o estágio também possibilitaram à estagiária refletir sobre seu próprio processo formativo, compreendendo a prática como espaço de experimentação, pesquisa e produção de sentidos, que culminou no desenvolvimento do tema como trabalho de conclusão de curso. Essa dimensão dialética entre sujeito e realidade é central para o projeto de formação profissional crítica. Como propõe Sílvia Lane (1990), a intervenção social não se reduz à ação técnica, mas deve ser atravessada por valores, afetos e compromissos políticos que humanizam a atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada, torna possível afirmar que a articulação entre o projeto de intervenção, o relatório de estágio e a pesquisa de iniciação científica resultou em um percurso formativo potente, crítico e sensível. A trajetória descrita no período de estágio e as análises apresentadas na iniciação científica, reafirmam a importância da extensão universitária como espaço de formação e transformação social, e revela a contação de histórias como prática interventiva legítima no Serviço Social, ao promover escuta, diálogo e reconstrução de memórias silenciadas.

Ao longo desta trajetória, observou-se que a literatura, especialmente por meio da contação de histórias, não se restringe ao campo educacional infantil, mas adquire centralidade como recurso de mediação simbólica, escuta sensível e produção coletiva de sentidos. Tais dimensões revelam-se fundamentais para a atuação da assistente social, sobretudo quando se trata da abordagem das múltiplas expressões da questão social em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, a prática profissional comprometida com o projeto ético-político, encontra na arte um potente instrumento de intervenção.

As experiências desenvolvidas no projeto de extensão demonstraram que as histórias contadas e compartilhadas possibilitam a construção de vínculos afetivos, o resgate de memórias e o fortalecimento da identidade dos sujeitos. A prática extensionista se configurou como espaço fértil para o exercício da escuta, da empatia e da criatividade. A narrativa, neste contexto, revela-se como instrumento de valorização da experiência humana, abrindo caminhos para a transformação individual e coletiva.

A articulação entre teoria e prática, promovida pela integração entre estágio, extensão e pesquisa, consolidou-se como eixo estruturante de uma formação crítica no Serviço Social. A reflexão sobre a literatura como prática social e política foi sendo construída de forma transversal, alimentada por vivências concretas que reafirmam a importância da atuação da assistente social em espaços não convencionais de

intervenção. Como afirma Lopes (2010), a inserção da arte na prática profissional amplia as possibilidades de escuta, intervenção e transformação social.

A contação de histórias, além de instrumento de socialização e educação, mostrou-se estratégia potente para o enfrentamento do sofrimento social, sobretudo no contexto pandêmico analisado. Essa ferramenta comunicativa e afetiva, ao ser incorporada à prática do Serviço Social, possibilita a escuta ativa e a elaboração simbólica de experiências marcadas pela dor, pela exclusão e pela invisibilidade. Assim, como destaca Rocha (2013), as expressões culturais podem ser mobilizadas como estratégias de resistência e resgate da dignidade.

Outro ponto relevante diz respeito à centralidade da subjetividade na prática profissional. O contato com os sujeitos por meio da contação de histórias revelou aspectos emocionais e afetivos essenciais para a escuta qualificada. Nesse sentido, a literatura funcionou como disparadora de processos de ressignificação e fortalecimento dos sujeitos, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. Para Santos Filho (2011), é preciso reconhecer a subjetividade como dimensão política da existência e da ação profissional.

O estudo não apenas apresentou resultados relevantes, mas também impulsionou o reconhecimento de práticas interventivas que integram sensibilidade estética, rigor teórico e ação política. Assim, fica claro que o Serviço Social precisa acompanhar as diversas formas de comunicação e instrumentos existentes para o exercício profissional, especialmente aquelas que promovem escuta, diálogo e transformação social.

Sendo assim, a contação de histórias, enquanto expressão literária e prática de intervenção, deve ser reconhecida como um recurso estratégico para o Serviço Social, especialmente em ambientes educativos e comunitários. Sua utilização como instrumento de escuta, acolhimento e reconstrução simbólica fortalece o papel da profissão na proteção da dignidade humana, da justiça social e da emancipação dos sujeitos. A trajetória desenvolvida neste trabalho representa uma importante contribuição para a valorização de práticas profissionais mais sensíveis, dialógicas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

ABAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais – 1947. Aprovado em Assembleia Geral da ABAS – Seção São Paulo, em 29 set. 1947. In: CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social: trajetória histórica e desafios contemporâneos. Brasília: CFESS, 2011.

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. 9. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

ALVARO, Isabela. Pixels sobre a tela: a contação de histórias como linha condutora para uma análise política e social. 2023. 13 f. Relatório (Iniciação científica) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

ALVARO, Isabela. Relatório de Estágio III. 2022. 13 f. Relatório (Estágio supervisionado – Curso de Serviço Social) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAETA, H. M; TOSTA, K. S; PEREIRA, L. M. G; RUFINO, T. A. A formação profissional em Serviço Social e a relação com o tripé universitário. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, v. 8, esp., p. 258–269, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/7997>. Acesso em: 07 jun. 2025.

BANDEIRA, Karina Bastos de Luna. Contação de histórias na era digital: a importância da literatura infantojuvenil na formação de leitores críticos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

BARROCO, Maria Lucia Sanchez. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 4).

BARROCO, Maria Lucia Silva. Serviço Social: das bases conservadoras à renovação crítica. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, Simone da Cunha Tourino. A formação profissional das primeiras assistentes sociais no antigo Estado do Rio de Janeiro. 2002. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BASTOS, Amanda de Santa Rita; COSTA, Ana Luisa Assis de Brito da; ALVARO, Isabela Oliveira; XAXÁ, Juliana Nogueira de Souza; ROCHA, Shayanne Antonia Souza da. Formação e atuação profissional do Serviço Social: a contação de histórias como parte do projeto de trabalho dos assistentes sociais. 2022. 8 f. Projeto de intervenção (Estágio supervisionado – Curso de Serviço Social) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2009.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BERTOLLO, Kathiúça. Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social. Além dos Muros da Universidade, v. 6, n. 1, p. 148–163, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.70615/alemur.v6i1.4613>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Ministério da Educação – MEC; Fórum de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta a curricularização da extensão. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 11. ed. São Paulo: Nacional, 2000.

CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 267–278.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. 3ª série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília: CFESS, 2014.

CFESS. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. 3ª série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. CFESS, 2014.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2001.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

DE SOUSA, Charles Toniolo. *A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional*. *Emancipação*, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008.

DE MARCO, Ricardo Antonio; SARMENTO, Dirleia Fanfa; MENEGAT, Jardelino. *A extensão como expressão da responsabilidade social universitária*. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 2, n. 1, p. 1–18, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22348/riesup.v2i1.7526>. Acesso em: 17 jun. 2025.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FERRAZ, Anita Pereira. *Serviço Social e projeto ético-político profissional: contributos da extensão universitária*. 2013. 123 f. *Dissertação (Mestrado em Serviço Social)* – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110726>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010.

FERREIRA, L. M.; SOUZA, R. F. de. Literatura e Serviço Social: diálogos possíveis para a formação profissional. Revista Brasileira de Serviço Social, Brasília, v. 69, n. 3, p. 567-585, 2018.

FIORIN, José Luiz. Introdução à linguística: princípios de análise. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. Documentos Fundamentais do Serviço Social. Brasília, 2000.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Programa de Capacitação Política em Serviço Social e Política Social. Módulo, v. 4, p. 51-63, 2000.

GUERRA, Y. R. Instrumentalidade do serviço social: contribuições a uma reflexão sobre os instrumentos e sua dimensão técnico-operativa. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 65, p. 109-127, 2000.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução de Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raquel R. de. Serviço social e relações sociais: esboço de uma abordagem teórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LANE, Silvia T. M. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUKÁCS, Georg. O Romance Histórico. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, Kauana G.; MACHADO, Mariana H. A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O serviço social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. Serviço Social e Saúde, v. 10, n. 2, p. 1-17, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Fabiano. Contar Histórias: a arte de brincar com as palavras. Petrópolis-Vozes, 2012.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Bruno Alvarenga; SILVA, Aline Mendonça. Da institucionalização do Serviço Social na América Latina à inserção da Questão Social na agenda pública: reflexões sobre o Movimento de Reconceituação. SEMINÁRIO AMÉRICA LATINA: CULTURA, HISTÓRIA E POLÍTICA, 2015.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François e Luiz Sérgio Rosenfeld. Campinas: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Vol. 1. Tradução de Kathleen Edelweiss. Campinas: Papyrus, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Cecília Almeida. Literatura e interdisciplinaridade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, José do Carmo. Democracia e autoritarismo no Brasil. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/104192176/Democracia_e_Autoritarismo_No_Brasil. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Thaiza Bezerra; SANTOS, Thalyta Rayanna Fontes Rocha; SILVA, Jetson Lourenço Lopes da; ALVES, Jarina Ébano Avelina Ferraz. A indissociabilidade no Serviço Social entre ensino-pesquisa-extensão em interlocução com a realidade social. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.17.19549.76>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, I. L. Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata et al. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. A trajetória da assistência social no Brasil: superação da cultura assistencialista? Revista FSA, Teresina, v. 14, n. 2, p. 171–194, mar./abr. 2017. Disponível em:
https://www.academia.edu/60568655/A_Trajeta%3%B3ria_da_Assist%3%AAncia_Social_no_Brasil_Supera%3%A7%3%A3o_da_Cultura_Assistencialista.. Acesso em: 10 jun. 2025.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.